

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela Petrobras com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da Petrobras na África - CPIPETRO

o TCU (Tribunal de Contas da União) ter, à época, aumentado o rigor sobre a Petrobras por uso abusivo de decreto presidencial que permite gastos sem licitação.

Segundo a imprensa, o advogado enviou e-mail que, em um dos trechos da mensagem, informava à então assessora de Dilma dizendo que havia um “voa barata” entre os gestores da Petrobras, que estavam “com medo do recrudescimento do tribunal em cima deles”, por causa das contratações sem licitação.

O alerta dado à Erenice coincide com o período citado pelo ex-gerente da Petrobras, Pedro Barusco, como o do início da institucionalização da cobrança de propina na Petrobras. Segundo Barusco, a corrupção foi sistêmica e institucionalizada, a partir de 2004.

Em vista do exposto, solicito o apoio dos ilustres pares na aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em de abril de 2015.

Eliziane Gama
PPS/MA

Moses Rodrigues
PPS/CE